

## **PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO N. 0551/2026**

Procedimento: 2026.0000583

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS**, por intermédio da 9ª Promotoria de Justiça da Capital, no desempenho de suas funções constitucionais e legais, com espeque nos artigos 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil, 26, I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08, e;

**CONSIDERANDO** que, conforme consta da NF 2026.0000583, foi publicado na imprensa nacional mais especificamente no site UOL-Universo *on line*, no dia 15/01/2026, reportagem com o título “Investigação apontou desvio de R\$ 500 mi de fundos de pensão pelo Master”, na qual há informação que vários institutos de previdência dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pará, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Goiás, Rondônia e do Tocantins teriam feito aportes em fundos ligados ao Banco Master, e que “O maior aporte foi do IGEPREV/TO, de servidores do estado de **Tocantins**, que enviou R\$ 62 milhões à administradora Foco DTVM. Em seguida vem o Impremu, de servidores de Uberlândia, com R\$ 47 milhões.”

**CONSIDERANDO** que, no dia 06/02/2026, foi publicada na Folha de São Paulo, notícia de que ao menos “cem regimes de previdência estaduais e municipais investiram em fundos ligados ao Banco Master, revela levantamento da Folha com base em dados da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e do Ministério da Previdência”, sendo 98 institutos de previdência municipais e 03 institutos de previdência estaduais, quais sejam apenas os estados do Rio de Janeiro, Amapá e **Tocantins**;

**CONSIDERANDO** que tal notícia aponta que institutos de previdência teriam aportado recursos em cinco fundos de investimento conectados à pessoa de Daniel Vorcaro, sendo os fundos denominados “Texas I e os de investimento imobiliário Águila, Osasco Properties, São Domingos e Brazilian Graveyard & Death Care”;

**CONSIDERANDO** ainda que a reportagem da Folha traz lista com a posição dos investimentos de institutos de previdência em fundos do Master em agosto de 2025, apontando que o Governo do Estado do Tocantins teria investido R\$ 21.176.339,00, no Aquilla Fundo de Investimento Imobiliário;

**CONSIDERANDO**, por outro lado, que a Lei Federal 9.717/98, que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, prevê no art. 6º, parágrafo único, inciso I, que a natureza pública das unidades gestoras desses regimes e dos recursos aplicados, exige a observância dos **princípios de segurança, proteção e prudência financeira**;

**CONSIDERANDO** que a Resolução CMN nº 5.272/2025, do Conselho Monetário Nacional – Banco Central, prevê no Art. 1º, § 1º, prevê que: “Na aplicação dos recursos de que trata esta Resolução, os responsáveis pela gestão do regime próprio de previdência social devem: I - observar os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência; II - exercer suas atividades com boa-fé, lealdade, diligência, tempestividade e prudência; III - zelar por elevados padrões éticos; IV - adotar regras, procedimentos e controles internos que visem garantir o cumprimento de suas obrigações, observados: a) a política de investimentos vigente; b) os segmentos, limites e demais requisitos previstos nesta Resolução; c) a natureza pública da gestão do regime e dos recursos aplicados e a observância dos princípios de segurança, proteção e prudência financeira, previstos no art. 6º, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998; d) as condições de proteção e prudência financeira previstas no art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e e) os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social nas normas gerais de organização e funcionamento desses regimes, que devem considerar a sua segmentação por porte, complexidade e por nível de aderência às melhores práticas de governança; V - realizar com diligência a seleção, o acompanhamento e a avaliação de prestadores de serviços contratados;”

**CONSIDERANDO** que a mesma Resolução CMN do Banco Central prevê que o investimento dos valores dos institutos de previdência pública pressupõem, conforme o art. 1º, §1º, inciso VII, que os responsáveis pela gestão do regime próprio de previdência ajam de modo a “**identificar, analisar, avaliar, controlar, monitorar e gerenciar os riscos**, custos e o retorno esperado dos investimentos.” e que, dentre os parâmetros para escolha do investimento, deve estar o **I - histórico e a experiência de atuação; II - o volume de recursos sob a gestão e administração da instituição; III - a solidez patrimonial, do fundo**, conforme §3º, do art. 1º da norma;

**CONSIDERANDO** que, conforme é público e notório, durante o ano de 2011 e 2014, o IGEPREV realizou aplicações em fundos com graves problemas de liquidez, o que já é objeto de várias ações de improbidade administrativa e ressarcimento ajuizadas pelo Ministério Público do Estado do Tocantins, inclusive alcançando ressarcimento de milhões de reais;

**CONSIDERANDO** que uma análise preliminar dos últimos Relatórios do Demonstrativo das Aplicações Financeiras e Investimentos dos Recursos-DAIRs do ano de 2025, do IGEPREV, os quais são emitidos mensalmente e cadastrados no sistema CADPREV do Ministério da Previdência Social – MPS e estão publicados em <https://www.to.gov.br/igeprev/dair/5njelqlzbco0>, denota que IGEPREV, apesar de, segundo declarado, manter 85,47% sua carteira em renda fixa, sendo a maior parte em Tesouro Nacional, possui, porém, **ao menos mais de 200 milhões de reais aplicados em fundos de renda fixa e variável fora de bancos de grade porte**, em fundos com baixo volume de recursos administrados no mercado e participação proporcionalmente alta do IGEPREV/TO, o que aparentemente ignora parâmetros Resolução CMN nº 5.272/2025, e pode gerar problemas de liquidez e prejuízo futuro os beneficiários da previdência estadual;

**CONSIDERANDO** que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (artigo 37, caput, da Constituição Federal);

**CONSIDERANDO** que compete ao Ministério Público a proteção do patrimônio público e a defesa dos interesses difusos e coletivos (artigo 129, III, da Constituição Federal), bem como tem a instituição legitimidade para o ajuizamento de ação por ato de improbidade administrativa e/ou ação civil pública para tutela da moralidade administrativa em sentido amplo;

RESOLVE, com base no art. 8º, § 1º, da Lei 7.347, instaurar **Inquérito Civil Público**, considerando como elementos que subsidiam a medida, o seguinte:

1. Origem: documentos encartados na NF 2026.0000583;

2. Objeto: analisar eventual aplicação e manutenção de recursos do IGEPREV em fundos de investimentos com riscos aparentemente incompatíveis com a natureza e finalidade dos recursos da previdência pública, em desconformidade com os princípios da segurança, proteção e prudência financeira, previstos na Lei Federal 9.717/98 e Resolução CMN nº 5.272/2025, do Conselho Monetário Nacional – Banco Central;

3. Investigados: IGEPREV/TO e eventuais servidores públicos e particulares que tenham concorrido com eventuais atos lesivos ao patrimônio público;

4. Diligências: O presente procedimento será secretariado pelos auxiliares e analistas do Ministério Público

lotadas na 9ª Promotoria de Justiça de Palmas, TO, que devem desempenhar a função com lisura e presteza.

Determino a realização das seguintes providências e diligências:

4.1. efetue-se a publicação integral da portaria inaugural do presente ICP – Inquérito Civil Público, no DOMP – Diário Oficial do Ministério Público, conforme preconiza o art. 12, V, da Resolução n.º 005/2018/CSMP/TO, de acordo com as diretrizes do Informativo CSMP nº 002/2017, do Conselho Superior do Ministério Público;

4.2. cientifique-se o E. Conselho Superior do Ministério Público, por intermédio do sistema E-ext, dando-lhe conhecimento acerca da instauração do presente inquérito civil público, conforme determina o art. 12, VI, da Resolução nº 005/2018;

4.3. oficie-se à atual Presidente do IGEPREV/TO requisitando informações acerca da motivação para aporte de valores de milhões de reais em fundos de renda fixa e variável fora de instituições financeiras de grande porte e fundos de pouca expressão nacional, bem como: data exata de cada investimento; valor investido; valor atual; nome dos responsáveis pela escolha de investimento; informação se houve estudos acerca dos riscos, remetendo os documentos firmados pelas pessoas que decidiram aportar recurso em fundos aparentemente em desacordo com princípios de segurança, proteção e prudência financeira.

Palmas, TO, data e horas certificadas pelo sistema.

Palmas, 12 de fevereiro de 2026.

Documento assinado por meio eletrônico

**VINICIUS DE OLIVEIRA E SILVA**

09ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL



**Assinado por:** VINICIUS DE OLIVEIRA E SILVA como (viniciussilva)

**Na data:** 12/02/2026 17:59:22

**SHA-224:** 5f02b70625a44ead29d5676778e82ab90f5c1ee61c05d490ef15ef8a

**URL:** <https://mpto.mp.br/portal/servicos/chechar-assinatura/5f02b70625a44ead29d5676778e82ab90f5c1ee61c05d490ef15ef8a>